

OS OVÁRIOS E O ÚTERO CONDUZEM AS MULHERES? Como a medicina justificou o lugar da mulher na sociedade em função dos seus órgãos reprodutivos.

Patrícia de Freitas*

Resumo

Revistas médicas são arcabouços de agentes especializados. Neste espaço foram analisados artigos escritos por médicos e anúncios de medicamentos que, de certa forma, serviam de ilustração para seus discursos. Textos e anúncios lidos, buscando em suas minúcias a fórmula dada pela medicina para estabelecer lugares específicos para as mulheres em sociedade. Artigos e propagandas que circulavam na Revista de Ginecologia e d'Obstetrícia entre 1925 - 1970 evidenciavam como o útero e os ovários foram correlacionados a exclusiva condição de mãe a que todas as mulheres estariam fadadas a desempenhar, daí a especificidade da anatomia de seus corpos.

Palavras-chave: Anúncios. Mulher. Medicina.

Abstract

Medical journals are frameworks of specialized agents. In this space were analyzed articles written by doctors and drug ads that somehow served as illustration for his speeches. Stories and advertisements read, working in their minutiae medicine given by the formula for establishing specific locations for women in society. Articles and advertisements that circulated in the Journal of Gynecology ed'Obstetrícia between 1925 - 1970 evidenced as the uterus and ovaries were correlated with mother sole condition that all women would be doomed to play, hence the specificity of the anatomy of their bodies.

Keywords: Ads. Woman. Medicine.

Introdução

As polêmicas fazem a sociedade refletir. No momento em que se discute a distribuição de um kit anti-homofobia¹, decorrência do projeto 'Escola sem Homofobia', desenvolvido pelo Ministério da Educação, após constatação de que são recorrentes casos de discriminação a adolescentes homossexuais no ambiente escolar. Lembre-se, a história busca significados para fatos, falas, piadas, joguetes, deboches. As coisas não são ditas por acaso, as palavras não estão soltas ao vento. Elas traduzem ditames muito mais profundos e servem para acalentar de forma bastante descabida preconceitos, discriminações, menosprezos que fazem parte do dito popular. Mas, muitos dos adágios são resquícios daquilo que um dia foi promulgado pelos doutos.

* Doutora em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: patidefreitas@gmail.com.

¹Cf.:FERNANDES, Bob. *Unesco se posiciona a favor de kit do MEC contra homofobia*. Disponível em: <http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,OI4955183-EI6578,00.html>. Acesso em: 01/06/2011.

Muito bem urdidadas pelo: poligenismo, determinismo, positivismo, darwinismo, evolucionismo, frenologismo, eugenismo, arianismo, malthusianismo, higienismo. Teorias e doutrinas, muitas vezes, traduzidas de forma equivocada que acabaram tomando forma de verdade, do imaginário social. E depois de arraigadas, como destroná-las? Estão ainda por aí, soltas, absortas. Afirmações do tipo: “os índios não gostam de trabalhar”, “os negros são inferiores”, se o problema for com as mulheres: “quando casar passa”, “jamais confie em um bicho que sangra cinco dias por mês e não morre”. E assim vai-se, a cada dia, ouvindo-se atônitos, ou inertes os relatos de crimes hediondos fomentados por mentalidades distorcidas. A discussão pode tomar formas e caminhos multidisciplinares, mas uma coisa é certa. Uma sociedade só concretiza o estatuto de cidadão a sua população quando as diferenças são respeitadas. Mas trata-se de calcar um longo caminho de leis, códigos, regulamentos, políticas compensatórias para minorias, ações afirmativas, distribuição de kits, dentre outros.

Mas neste espaço, é preciso delimitar o raciocínio, prepor um recorte, levantar algumas inquietações. Faz-se para tanto, uso das revistas. As revistas especializadas, aqui apreendidas como periódicos lançados por associações de profissionais. Entendidas como importantes fontes de pesquisas que podem fornecer dados e visões que muitas vezes não estão contemplados em compêndios acadêmicos. As discussões propostas por essas revistas giram em torno das atualidades da área, temas controversos, questões relacionadas à formação, valorização da carreira e tantos outros. Para manter essas publicações as associações alçam com os recursos das anuidades, das assinaturas e ainda, dependendo do campo, particularmente o médico, existe o fundo dos anúncios de medicamentos, financiados pela poderosa indústria farmacêutica.

Um dos motes deste artigo é travar uma discussão tendo como pano principal uma revista especializada da área médica. Trata-se da Revista de Ginecologia e d’Obstetrícia, publicada entre 1907-1978. Um primeiro dado já chama a atenção, a longa trajetória do periódico, lançando indícios de sua importância no cenário histórico das especialidades médicas destinadas às mulheres no Brasil. Além de seus textos transformaram-se numa importante fonte documental, em particular, para os estudiosos da área de gênero. As propagandas de medicamentos fornecem pistas da forma que as particularidades femininas foram decodificadas pela indústria farmacêutica. Queixas foram ouvidas, dados foram levantados e sob a égide dessa contabilização foram manipuladas formulas para aos queixumes femininos. Mas este é apenas um detalhe que inicialmente são apresentados por essas ampolas de restituição de saúde. Elas dizem

bem mais, põe em evidencia a faceta da medicina social feminina se configurando, estabelecendo critérios e balizes para determinados órgãos que passaram a ser determinantes femininos.

Medicamentos para útero e ovários

Neste momento são analisados medicamentos prescritos em casos de cólicas, gravidez, aborto, menstruação atrasada ou abundante e menopausa, publicados entre 1925-1970. Os medicamentos prescritos para as mulheres apareceram, em forma de anúncio, desde os primeiros números da Revista de Ginecologia e d'Obstetria². A indústria farmacêutica, como era do seu interesse, e as casas especializadas em material hospitalar, dentre outros estabelecimentos, investiam nos anúncios com o intuito de promover vendas junto à classe médica.

A medicina, do final do século XIX e início do século XX, problematizou questões relacionadas à sexualidade e à reprodução de mulheres e homens (ROHDEN, 2001, p. 95). A construção da diferença entre os sexos, naquele momento, singularizava seu discurso em torno da especificidade feminina, relacionando a mulher particularmente à maternidade. Tudo que pudesse ir contra sua natureza (reprodutora) passou a ser visto como uma ameaça, uma perturbação contra o indivíduo e a sociedade, como bem acentuou Fabíola Rohden, obstaculizando o par “mulher-reprodução”. A capacidade reprodutora não poderia ser prejudicada por qualquer iniciativa em torno da natalidade, do trabalho ou qualquer mudança relacionada à emancipação feminina.

Tudo isso preocupava os médicos. A ameaça engendrada por questões como o trabalho feminino estaria relacionada a problemas que envolveriam tanto as desordens do organismo feminino como as desordens sociais (ROHDEN, 2001, p. 95). Ao discutir a repercussão do trabalho feminino em torno da gravidez e do parto, percebe-se nitidamente essa equação: desordem feminina = desordem social. Em um texto publicado, em 1919, na revista em questão, Ruy Barbosa denunciava o crescente número de mulheres entre o operariado, assim como a gravidez entre as mesmas. Na concepção de médicos e intelectuais essa situação apontava para uma época de crise na evolução da criatura humana que envolveria:

² Maiores informações, CF.: FREITAS, Patrícia de. *Das parteiras aos médicos: a implantação das especialidades médicas femininas no Brasil e o aparecimento das primeiras revistas especializadas*. Revista do Arquivo Histórico de Joinville. v. 2, n. 1, 2008. p. 87 – 100.

[...] o destino da raça, cuja sorte está, primeiro que tudo, no regaço das mães. Abriga-las das demasias do trabalho, eximi-las mesmo inteiramente a ele no termo da gravidez e no período pós-puerperal, será, da parte do Estado, acautelar-se contra o decaimento da espécie, prevenir a degeneração do tipo nacional, manter as qualidades saudáveis do corpo (BARBOSA, 1919, p. 119).

O trabalho feminino foi interpretado como um grande mal, que poderia interferir na mulher, na sociedade, bem como na evolução da criatura humana. É desse modo que a medicina da mulher iria se constituir, além de atuar no que diz respeito ao estudo das doenças. Nesse sentido, as peculiaridades femininas foram consideradas responsáveis pela diferença sexual e pelas desordens sociais que estariam relacionadas às delimitações dessa separação (ROHDEN, 2001, p. 95). Os artigos publicados na revista nas primeiras décadas do século XX colocavam em evidência apenas a função reprodutiva dos órgãos sexuais femininos. Era necessário manter as mulheres saudáveis no tocante à esfera reprodutiva, pois assim elas estariam aptas para desempenhar a função da maternidade. Pode-se pensar com isso em duas situações. Primeiro, ou a medicina ignorou tudo que dizia respeito ao âmbito não reprodutivo; segundo, ou para esses profissionais a condição feminina resultaria pura e simplesmente na reprodução.

Os estudos na área de gênero têm mostrado que as doenças femininas da esfera não reprodutiva foram quase que ignoradas pela pesquisa biomédica. Em relação à reprodução observou-se o contrário. Um estudo realizado, em 1981, nos Estados Unidos destacou que existia o dobro de pesquisas sobre a mulher relacionando-a ao parto e à criação dos filhos. Ao mesmo tempo, apesar de aparentemente todos os focos estarem voltados à pesquisa na área reprodutiva, o mesmo estudo mostrou que nenhum dos 15 institutos e centros que compõem o *National Institutes of Health – NIH* (Institutos Nacionais de Saúde) dedicavam-se à área da ginecologia ou da obstetrícia (SCHIENBINGER, 2001, p. 219).

Em relação ao estudo dos textos publicitários, ponto deste artigo, é preciso reconhecer ainda que, o medicamento pode ser pensado muito além da sua dimensão terapêutica. Fernando Lefèvre mostra-nos a importância de entendê-lo em três dimensões:

[...] como uma mercadoria, que traduz um processo de reificação da saúde; como um agente quimioterápico, que funciona aliviando, curando e controlando processos mórbidos ao nível do organismo e como símbolo, que permite que a Saúde (ou mais precisamente, a Saúde “biologizada”) esteja representada no medicamento (LEFÈVRE, 1991, p. 19).

Nesse sentido, o medicamento deve ser compreendido como um produto social que possui outros significados além daqueles pré-estabelecidos “naturais”. Para esse autor, seria preciso levar em consideração os significados gerados numa dada formação social concreta. Ao analisar o desenvolvimento da medicina ocidental moderna, do ponto de vista da relação médico/paciente, aquele que está sob os cuidados médicos perde a sua integridade, a consciência de si mesmo e se transforma num objeto de manipulação (QUEIROZ, 1986, p. 312). O sentido da saúde, dentro de uma sociedade capitalista dominada pela mercadoria, é dado a ler pelo seu estado maléfico prévio, por suas condições negativas, associadas à doença, à ameaça de morte, à dor, ou ao desprazer, à feiúra, dentre outros. Seria essas condições negativas que fariam a saúde existir. Qualquer produto, como, neste caso, os medicamentos, é promovido como algo benéfico, no sentido de solucionar uma situação maléfica que evitaria a doença ou o seu aparecimento (LEFÈVRE, 1991, p. 38).

Menopausa, uma experiência por definir-se...

No momento, a proposta é trilhar o caminho dos medicamentos indicados às mulheres, particularmente aqueles prescritos às glândulas de secreção interna relacionadas à reprodução. No decorrer da análise, à medida que se percebia a chegada de uma nova formulação, procurava-se acompanhar o tempo que a publicidade circulava e esse período variava muito. Constatou-se que alguns medicamentos apareceram uma única vez, enquanto que outros perduraram por décadas. A “Sistomensina”, medicamento que circulou em forma de publicidade entre 1925-1946³, foi apresentada como uma fórmula capaz de “[...] regular o ciclo menstrual.”⁴ Substância composta de hormônio ovariano, era apresentada em drágeas e ampolas. Além de ser prescrito à menopausa natural e à menopausa provocada (cirúrgica), poderia curar também a dismenorreia, a menorragia, a esterilidade, etc.⁵

No ano de 1931, o “Laboratório Nutrotherápico” anunciava uma série de medicamentos, dentre os quais dois eram prescritos para a menopausa: o “Cytocálcio e

³ As datas de circulação dos anúncios foram verificadas no decorrer da pesquisa, mas este não é um dado preciso, visto existir lacunas na coleção da revista, seja na Biblioteca Nacional, na Biblioteca da Academia Nacional de Medicina, dentre outras.

⁴ Anúncio do medicamento “Sistomensina”. *Revista de Ginecologia e d'Obstetrícia*, 1925.

⁵ Id.

o “Calcytol”. Ambos possuíam a mesma formulação, à base de gluconato de cálcio e hipossulfito de magnésio. Além da menopausa, também tratavam:

[...] tuberculose, hemorragia, hemofilia, doença de Basedow, asma, urticária, frieiras, pneumonias, pleuresias [inflamação pleural], anexites [inflamação dos anexos], diátese [disposição geral em virtude do qual um indivíduo reage de maneiras especiais a determinados estímulos extrínsecos, o que lhe confere uma tendência a ser mais suscetível do que habitual a certas doenças] exsudativa [referente à exsudação, transpiração, líquido animal ou vegetal que atravessa os poros e se deposita nas superfícies] e como dissensibilizante. Sobretudo nas crises do crescimento – raquitismo – escrofulose [relativo à escrófula, designação imprecisa de estado constitucional, que se observa nos jovens, caracterizado por falta de resistência, predisposição a tuberculose, eczema, catarros respiratórios, etc.] – desequilíbrio mental e nas tetanias [síndrome que se caracteriza por manifestações neuromusculares bruscas, como parestesias das extremidades, dispnéia, dores torácicas ou abdominais, contraturas, em geral, dos membros superiores, embora os inferiores possam também ser comprometidos].⁶

Estes dois medicamentos prescritos para a menopausa e uma série bastante curiosa de enfermidades. O “Cytocálcio”, o “Calcytol” e outras fórmulas do mesmo laboratório, possuíam a mesma característica, serviam para muitos males que não possuíam qualquer correlação, como no caso da menopausa e da tuberculose. O mesmo remédio poderia tratar ainda da urticária e da pneumonia. Nas indicações do “Cytocálcio” e do “Calcytol” não existe nenhuma ligação entre a menstruação, menopausa e outras manifestações relacionadas aos órgãos reprodutivos femininos, ou seja, ela aparece de modo deslocado. Essa é uma característica particular destes medicamentos. Dentre uma série de doenças, a menopausa foi à única manifestação eminentemente feminina que poderia ser tratada pelos produtos acima mencionados. Fato bastante significativo, pois a maioria das drogas prescritas era apresentada levando-se em consideração as diferenças relacionadas ao sexo.

Tais medicamentos circularam apenas no ano de 1931. Parece que a idéia da menopausa enquanto uma manifestação feminina ainda parecia vaga. Através da indicação destes medicamentos é possível perceber o significado dado à menopausa por alguns laboratórios farmacêuticos. Em alguns casos a experiência foi interpretada como uma doença, sem qualquer correlação com a questão da fisiologia da reprodução. A indicação da menopausa como uma manifestação comum, como foi observado nos textos dos anúncios citados, foi emblemática no sentido divergir do restante observado.

⁶ Anúncio dos medicamentos “Cytocálcio” e “Calcytol”. *Revista de Ginecologia e d’Obstetria*, 1931.

Em boa parte destes anúncios, a menopausa foi caracterizada pela indústria farmacêutica como um distúrbio ou como uma perturbação.

Ao analisar este material foi possível montar um quadro de medicamentos. Foi destacada a classificação que foi designada à menopausa, mencionado o período em que a publicidade circulou na revista em questão e ainda enfatizado o laboratório farmacêutico que produzia o medicamento.

Medicamento	Designação	Período de circulação na Revista
Agomensina “Ciba”	*****	1925-1946
Ovaclimamn (Richter)	perturbação	1929-1930
Ovarina (Silva Araújo)	*****	1929-1934
Thyrovarina (Silva Araújo)	perturbação	1929
Hormovarine (Byla)	*****	1930-1941
Calcitol (Lab. Nutrotherápico)	*****	1931
Cytocalcio (Lab. Nutrotherápico)	*****	1931
Novarial (E. Merck Darmstadt)	Distúrbio	1931-1933
Progynon (Schering)	desordem, transtorno	1931-1959
Calcio glandiona (Andrade & Lins)	Fenômeno	1932
Ondena (Bayer)	Doença	1932-1937
Gynergene (Sandoz)	perturbação	1933-1943
Calcium-sandoz (Sandoz)	perturbação	1933-1939
Sedrobol (Roche)	Distúrbio	1934-1935
Folliculin Menformon (Degewop)	perturbação	1934
Euphytose (Madyl)	perturbação	1936
Orgobion (Gurgel e Cia)	*****	1938
Ovário Vitamina E (Inst. Brasileiro de Vitaminas)	Distúrbio	1940
Benzo-Gynoestryl A. P. (Sarsa – Silva Araújo – Roussel)	Perturbação, síndrome	1941-1962
Estinil (Schering)	Distúrbio	1951-1955

Androgynon (Shering)	Syndrome	1953-1958
Luteoviron (Shering)	Síndrome	1953-1957
Ephynal (Roche)	Distúrbio	1955-1956
Mixogen (Organon)	*****	1956-1958
Trinestryl (Sarsa – Laboratório Silva Araújo – Roussel S. A)	Distúrbio	1957-1970
Ovestrion (Organon)	Distúrbio	1959-1976
Arovit (Roche)	Distúrbio	1961-1963
Librax (Roche)	Distúrbio	1963-1967
Arudon (Fontoura – Wyeth)	*****	1963

Como foi possível observar, a menopausa foi designada de diversas maneiras. Como uma perturbação, entre 1925-1941, e até a década de 1960 como um distúrbio. Mas também foi chamada de desordem, transtorno, doença e síndrome. Em alguns momentos, ela não recebeu denominação alguma, como se observa no anúncio do medicamento “Arudon”. A designação da menopausa enquanto uma perturbação ou como um distúrbio parece estar relacionado à representação que alguns médicos faziam desta experiência (BIFFI, 1995, p. 89). Referindo-se aqui à interpretação da menopausa vista como uma doença, uma enfermidade que marcaria o início da decadência psicofísica da mulher. Esta visão reduz essa passagem feminina, caracterizando a mulher como uma máquina reprodutiva que chega à exaustão na menopausa.

Interpretar a menopausa como uma desordem, uma perturbação, um distúrbio, dentre outras designações faz pensar que ela não foi reconhecida como um momento na vida das mulheres, do mesmo modo que a menarca, a gravidez ou o parto. A menopausa, como lembra Eliana Faria de A. Biff, ao lado de outros momentos relevantes na vida da mulher, carece de atenção e investimentos, em especial das instituições de saúde, o que não significa explorar a mulher e medicá-la indistintamente nessas fases (BIFFI, 1995, p. 94). Este argumento é destacado porque parece que as adjetivações em torno da menopausa observadas nos textos dos medicamentos que circularam na *Revista de Ginecologia e d’Obstetria* oferecem uma nova nuance sobre a representação da experiência da menopausa, levando em consideração a literatura médica, em particular um periódico especializado.

André Niel, ao realizar uma análise estrutural do romance *Thérèse Desqueyroux*, de François Mauriac, destacou a noção de tema utilizado pela psicologia social para a análise de conteúdo dos chamados *mass media*, provavelmente referindo-se aos textos de alta vendagem. Determinados temas nesses romances seriam mais valorizados, tais como: amor, segurança, felicidade, bem-estar, juventude. Outros fariam parte de um sistema de valores difundido, por exemplo, pelas revistas (NIEL, 1978, p. 117). A investigação de Niel foi específica, trata-se de um romance, mas ela aponta pistas preciosas em relação à natureza e à frequência dos temas numa obra literária. O estudo interliga-se a esta análise, pois problematiza as obras literárias, a publicidade, a imprensa. Tudo aquilo que numa sociedade de consumo é colocado à venda. Como um produto chega até o consumidor, à forma como é apresentado, distribuído, embalado. Em vista disso, um gráfico elaborado por Niel foi aqui adequado para evidenciar a frequência de temas ou de adjetivações dadas à menopausa em anúncios de medicamentos e moléstias relacionadas aos ovários, que circularam em anúncios entre 1925 e 1968.

Temas	Frequência de repetições								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1 – Distúrbio	–	–	–	–	–	–	–	–	–
2 – Perturbação	–	–	–	–	–	–	–		
3 – Síndrome	–	–	–						
4 – Transtorno	–								
5 – Desordem	–								
6 – Fenômeno	–								
7 – Doença	–								

A frequência seguida de um tema, segundo o autor, demonstraria quais foram os assuntos difundidos pela obra, seja na revista, num romance ou mesmo em anúncios de medicamento. A menopausa, em oito anúncios de medicamento, foi definida como um distúrbio, “(...) ato de perturbar, perturbação” (FERREIRA, 1995, p. 227) e em sete casos, como uma perturbação. Como a palavra perturbação pode ser considerada semelhante ao termo distúrbio. A propósito, um dos sinônimos da doença é justamente a “[...] falta ou perturbação da saúde” (FERREIRA, 1995, p. 228). Mas nem todas as doenças são denominadas como uma perturbação. A denominação ‘perturbar’ possui uma série de significados:

Causar perturbação a ou em; alterar, mudar, modificar, desarranjar. Causar embaraço ou perturbação a; constituir dificuldade para; embaraçar, atrapalhar, estorvar. Provocar vergonha, embaraço, em; envergonhar, confundir, embaraçar. Pôr em movimento desordenado; agitar, abalar. Causar abalo ou comoção; abalar; desassossegar, comover. Fazer perder a serenidade de espírito [...](FERREIRA, 1995, p. 501).

Em alguns momentos a experiência da menopausa deixou de ser caracterizada. Em oito medicamentos ela foi designada pura e simplesmente como menopausa. Ao mesmo tempo, alguns desses medicamentos descreveram a menopausa como uma perturbação, especificando o que isso significaria. O Euphytose – *Traitement des états anxieux et des dystonies du sympathique*, foi indicado para “[...] as angústias do coração – os estados ansiosos – perturbações psíquicas da menopausa – nervosismo e glândulas endócrinas.”⁷ No anúncio do medicamento “Progynon”, a menopausa foi apontada como um transtorno e tais transtornos seriam: “[...] afrontações, palpitações, crises de suor, vertigens, cefaléia, depressão nervosa e psíquica, prurido, eczemas, artrites.”⁸ São citadas estas classificações para destacar e ao mesmo tempo discutir o modo como a menopausa foi representada nos textos dos anúncios de medicamentos, que não foi muito diferente do modo como esta experiência foi interpretada pela classe médica: vista como uma fase de decadência, valorizando a experiência da reprodução como essencial, em detrimento de outras passagens, e ao mesmo tempo definindo-a como um desvio psicológico.

Segundo Emily Martin, nos textos médicos (MARTIN, 1987), os eventos femininos são interpretados seguindo a lógica da produtividade. Nesse sentido, a menopausa é vista como o fim de um ciclo. Seguindo esse nexos, a menopausa marcaria o fim da produtividade. Esse momento, também foi narrado pelos anúncios como uma fase de desequilíbrio psicológico. Causador de abalos que acometeriam a mulher no momento da instalação da menopausa, e ainda no tempo em que ela menstruava. Logo, ao longo de toda a sua vida reprodutiva, desde a menarca.

O anúncio do medicamento “Progynon” circulou entre 1931 e 1959, em três diferentes versões. Possuía duas composições distintas: o “Progynon” em drágeas, indicado para as insuficiências ováricas, mas no tratamento de casos comuns.⁹ E o “Progynon-B oleoso”, apresentado em ampolas, que agiria em “[...] casos rebeldes de

⁷ Anúncio do medicamento Euphytose. *Revista de Ginecologia e d’Obstetrícia*, out. 1936.

⁸ Anúncio do medicamento Progynon. *Revista de Ginecologia e d’Obstetrícia*, out. 1936.

⁹ Anúncio do medicamento “Progynon”. *Revista de Ginecologia e d’Obstetrícia*, set. 1931.

desordens da menopausa e desordens menstruais (amenorréia, oligomenorréia, desmenorréia).”¹⁰

É importante lembrar que este medicamento pode ter circulado ainda com outras variações de anúncios. São citadas aquelas propagandas encontradas durante a pesquisa, mas alguns exemplares da revista, além de estarem encadernadas num único volume, tiveram os anúncios retirados e colocados no final da brochura. Quando os anúncios ocupavam uma página inteira da revista não existia numeração ou qualquer indicação em relação ao mês. Em vista disso, tornou-se complicado identificar os anúncios de medicamentos levando-se em consideração a data da veiculação.

A menopausa foi apresentada no texto dos anúncios como um acontecimento que causaria um distúrbio psicológico. As mulheres, nesse momento de suas vidas, aparecem como portadoras, inevitavelmente, de um desvio mental. Nas propagandas ficou evidente a própria condição dos ovários, interpretados como órgãos que poderiam, a qualquer momento, apresentar uma “insuficiência ovárica”¹¹ ou uma “deficiência estrogênica”.¹² Essas indagações demonstram como a representação da menopausa, veiculada em anúncios de medicamentos numa revista especializada, deve ser investigada sob o ponto de vista dos estudos de gênero. As doenças consideradas femininas são interpretadas como momentos propícios à instalação de perturbações psicológicas. Os sintomas físicos da menopausa, assim como as cólicas e a amenorréia, são interpretados nos anúncios como momentos de instabilidade, de desequilíbrio mental. Uma interpretação que parece dizer que as mulheres, quando estão menstruadas, grávidas ou na menopausa passam por uma transformação, um transtorno que abalaria o seu corpo e a sua mente. Nos raros medicamentos prescritos às doenças relacionadas à reprodução masculina essa correlação inexistente. A problematização é outra. O funcionamento desses órgãos não estaria interligado ao psiquismo, ao abalo mental. A associação é apenas de saúde/doença.

Concebidas para a maternidade

Os textos destas propagandas remetem mais uma vez à idéia da determinação biológica, da diferenciação anatômica entre homens e mulheres. Roberto Machado

¹⁰ Id.

¹¹ Anúncio do medicamento “Novarial”. *Revista de Ginecologia e d’Obstetrícia*, set. 1931-1933.

¹² Anúncio do medicamento “Arudon”. *Revista de Ginecologia e d’Obstetrícia*, 1963.

(MACHADO, 1978) e Jurandir Freire Costa (COSTA, 1999) mostraram que um projeto médico, instalado no Brasil durante o século XIX, preocupou-se com as condições de saúde da população, acreditando que desse modo poderia intervir na sociedade e na organização dos indivíduos. O discurso da higiene habilitava as mulheres ao papel de esposa e mãe. Desde que devidamente acompanhadas pela vigilância do médico que lhe concedeu um papel dentro deste projeto. O papel de preservar a natalidade e proteger o conceito.

Dr. Fernando Magalhães, obstetra renomado e grande colaborador do periódico, ora analisado publicou, em 1918 um artigo intitulado: “A feição clínica do aborto criminoso”. Nele apresentou o que chamou de ‘aborto criminoso’, o aborto terapêutico, recomendado em casos mórbidos, e o aborto espontâneo, causado em alguns casos por um vício de posição do útero e que teria rápida cura (MAGALHÃES, 1918, p. 174-175). Nas entrelinhas, evidenciou a preocupação natalista presente na sociedade naquele momento. O aborto criminoso, segundo o médico, poderia causar sérios danos à saúde da mulher. Por isso condenou essa prática, criticando aquelas que mal percebendo “[...] a suspensão menstrual, procuravam logo o abortador, a errônea convicção de não haver nesta data, ainda, vida embrionária e o ato não ser assim pecaminoso” (MAGALHÃES, 1918, p. 175). Criticava, ainda, aqueles que se habilitavam a realizar esse serviço, que seria, na sua concepção, “[...] recurso dos malfadados na profissão que dela se valem como garantia de subsistência” (MAGALHÃES, 1918, p. 174-175).

Observa-se a postura do profissional que nas primeiras décadas do século XX, representando o discurso da valorização da mulher como a responsável pela reprodução da espécie. E, ao mesmo tempo, notificava as mulheres que traçavam, através do livre arbítrio, um contra discurso. Fato, algumas delas praticavam o aborto quando não desejavam a gravidez. Dr. Magalhães relatou haver atendido casos complicados (efeitos colaterais dessa prática), como aqueles de mulheres com útero contendo corpos estranhos ou perfurados, bem como de outros casos em que, pelo histórico clínico, ele supunha a ocorrência de um aborto.

No mesmo ano, foi inaugurada a “Associação Pro-Matre” que abriu suas portas em abril de 1918, na cidade do Rio de Janeiro e que tinha como finalidade “[...] dispensar proteção à mulher desvalida, sem distinção de credos religiosos ou posição social.”¹³ A instituição contava com o auxílio caridoso das distintas senhoras da

¹³ Notícias da Associação Pro-Matre. *Revista de Ginecologia, d’Obstetria e de Pediatria*, n. 2, fev. 1919. p. 39

sociedade carioca e tinha como responsável pela parte científica o citado Magalhães. O nome dado a associação já informa-nos que se voltava exclusivamente às causas maternas. Além de diferentes consultórios espalhados pela cidade. Esta instituição também possuía refúgios para gestantes, creches, dentre outros serviços. As mulheres, ao serem atendidas, eram registradas, recebiam um número de matrícula e a partir daquele instante ficavam “sob a proteção da Pro-Matre”.¹⁴

Parece uma esta espécie de monitoramento que remete à questão da implantação de uma medicina que delegava às mulheres a maternidade impondo-lhes mecanismos disciplinadores. Silvia Alexim Nunes, que investigou instituições médicas tematizando especialmente a questão feminina, afirmou que a medicina social não se constituiu enquanto conhecimento neutro, ou seja, a formulação de um projeto direcionado a constituição de um estado industrial, capitalista engendrou modificações na organização da sociedade como um todo.

A medicina formulou seu discurso, particularmente sobre o corpo da mulher, de modo sutil, mas eficaz. A autora caracterizou a construção deste discurso em dois momentos distintos. Um primeiro entre o final da primeira metade do século XIX até 1870, quando foi inaugurado um projeto de medicina social. Nesse período, a tendência dos médicos foi a de delegar um novo estatuto à mulher dentro da organização familiar. Para Jurandir Freire Costa (COSTA, 1999, p. 255-264 este foi um momento no qual a medicina social preocupava-se basicamente com a higiene pública. Procurou alcançar os objetivos relacionados à organização e preservação da população, com o objetivo de controlar a mortalidade, especialmente das crianças. O discurso médico voltou-se à estrutura familiar, debatendo a necessidade de garantir a preservação da infância o que significava redefinir o papel da mulher dentro do lar.

A “mulher higiênica”, idealizada pelos médicos, saíria da masmorra de onde, até então, vivia sob o jugo do pai e, depois de casada, do esposo. Ela se transformaria em esposa, mãe e a principal aliada dos médicos. Segundo Freire Costa, a “mãe higiênica” nasceria “[...] de um duplo movimento histórico: por um lado, emancipação feminina do poder patriarcal; por outro, “colonização” da mulher pelo poder médico” (COSTA, 1999, p. 255). Dentro de um projeto de formação de um estado capitalista tornava-se necessário reorganizar as relações sociais e caberia à mulher a responsabilidade da esfera doméstica. A figura do homem, pai de família, também foi relativizada, num raio

¹⁴ Ibid, p. 40.

de ação restrito, visto que a criança e a mulher já não poderiam mais ser consideradas propriedades suas, cabendo-lhe o papel de trabalhar para garantir o sustento da família.

A medicina voltaria sua atenção à “natureza feminina”. Argumentos fisiológicos e biológicos seriam utilizados para mostrar, por intermédio de teorias, que por sua constituição física e mental a mulher seria um ser apto ao casamento, à reprodução, a maternidade e, conseqüentemente, aos cuidados com as crianças e todo seu desenvolvimento. Logo, o lar, a esfera doméstica seria seu habitat natural.

A mulher foi considerada um ser mais frágil, pouco desenvolvido, o que a colocava numa posição inferior em relação aos homens. O discurso médico naquele momento iria ampliar a idéia da diferença anatômica, questionando a organização do psiquismo. Por isso, elas não estariam aptas ao trabalho, à responsabilidade. Quando não cumpriam o papel de mãe, desperdiçariam seu tempo em atividades frívolas e delicadas, condizentes ao seu sexo (NUNES, 1991, p. 53). Dr. A. R. de Oliveira Motta, em artigo publicado em 1907, na Revista de Ginecologia e d’Obstetrícia mostrou que para os médicos nenhuma obrigação era maior para as mulheres do que a maternidade, criticando aquelas que não amamentavam seus filhos. “Não falemos das famílias abastadas, de elevada posição social, que abandonam a prole às vicissitudes da amamentação mercenária e artificial pelas altas considerações de suas obrigações mundanas: essas têm o anátema do seu egoísmo” (MOTTA, 1907, p. 167).

Ainda em relação à divisão estabelecida por Silvia A. Nunes. Num segundo momento, localizado aproximadamente entre 1870 e 1920, a produção discursiva da medicina acerca da mulher foi um pouco diferente. No final do século XIX, a mulher passou atuar de forma mais incisiva na esfera pública. O desenvolvimento econômico lançou-a no mercado de trabalho, especialmente aquelas advindas das camadas populares. Os médicos então tentariam reconduzi-las ao lar para que pudessem cumprir seus deveres tradicionais e naturais até então estabelecidos. “É nessa época que a medicina vai aprofundar os estudos sobre a natureza feminina criando uma imagem patológica para as características do seu sexo” (NUNES, 1982, p. 104).

Embasados em teorias ainda mais radicais, médicos e higienistas passaram a desqualificar a mulher de um modo geral. Partindo deste princípio, não existiriam, como no primeiro momento, mulheres mais ou menos virtuosas, ou um modelo antifeminino, como a prostituta ou a mulher mundana. Seguindo tal lógica, pela sua natureza biológica, todas as mulheres seriam doentes, perigosas, precisando de cuidados especiais, de vigilância para não colocarem em risco o progresso da nação. Segundo

Nunes, para comprovar essas teorias os médicos passaram a estudar determinadas formas de “desvios” femininos, os quais estariam relacionados a momentos em que a mulher fugia do seu papel tradicional de ser mãe. A partir disso, elaborou-se um projeto minucioso de controle da vida feminina. Temas como o aborto, o infanticídio, a prostituição e a loucura foram utilizados para evidenciar os aspectos degenerados da mulher (NUNES, 1982, p. 105).

A mulher, talhada pela medicina, não teria condições de gerir sua própria vida; deveria ficar sempre na tutela do médico. Seus passos passaram a ser reelaborados e monitorados dentro e fora da esfera privada. A vida familiar e a maternidade continuavam sendo o destino essencial para todas as mulheres, mas a importância da família assumiria outros contornos. Ela seria, ao mesmo tempo, o possível foco de degeneração e o local privilegiado para reparar qualquer anomalia. Às crianças deveria ser assegurado o direito de nascer, desde que existissem condições favoráveis para que pudesse crescer num ambiente sadio, tanto no aspecto físico como no moral.

Coube, mais uma vez ao médico, o papel de conduzir a sociedade, livrando as crianças de qualquer ameaça degenerativa. Estavam em jogo os preceitos eugênicos que entrecortariam a Primeira República. A mulher, alvo desta nova estratégia médica, era aquela das camadas populares, escravas libertas, brancas pobres que se auto-sustentavam. Naquele momento, a idéia da inferioridade feminina foi evidenciada, levando-se em consideração, mais uma vez, algumas características peculiares do seu sexo; a diferença transformar-se-ia em anomalia.

A suposta fragilidade de seus órgãos reprodutivos passou a ser interpretada como um aspecto típico do tipo primitivo, degenerado, anti-social. Neste sentido, as mulheres estariam mais próximas do tipo selvagem e do tipo criminoso (NUNES, 1991, p. 61). Dr. Carlos da Rocha Fernandes, que publicou um artigo em 1924, demonstrou estar a par dessas novas estratégias. Para ele, era preciso povoar o país, desde que o ato da fecundação fosse orientado:

[...] se visamos raça rígida, diversos problemas já devem ter encontrado solução. De fato, genitores degenerados por doenças crônicas e graves não estarão em condições de legar boa descendência, quer por diminuição, menor valor das células sexuais, quer por influência materna secundária. E daí que se originam os interessantíssimos problemas médico-sociais ao casamento, do exame médico pré-matrimonial, da educação sexual do homem e principalmente da mulher, etc., etc (FERNANDES, 1924, p. 240).

A concepção da constituição de uma raça rígida só seria possível com a ajuda do médico, em especial dos especialistas na área da reprodução. Nas primeiras décadas do século XX, imperou, em vários países, inclusive no Brasil, um forte ideário nacionalista e uma das suas principais implicações era a preocupação com a população (ROHDEN, 2002, p. 01). Vários artigos publicados na *Revista de Ginecologia e d' Obstetrícia* alertavam para a necessidade de povoar o país, o que só seria possível através de uma política que garantisse o incentivo à maternidade.

Por outro lado, era preciso incentivar o controle da natalidade naqueles casos em que os progenitores poderiam gerar imbecis, desequilibrados o que colocaria em risco o projeto de povoação. O tom do discurso médico foi marcado pelas idéias eugenistas. Este termo teria sido cunhado, em 1883, por Francis Galton, defensor de uma ciência que procurava lidar com todas as influências que melhorariam a qualidade de uma raça (SILVA, 2004, p. 01).

O Brasil foi o primeiro país sul-americano que possuiu um movimento eugenista organizado. Isso ocorreu com a criação, em 1916, da Sociedade Eugênica de São Paulo. A eugenia, adotada pelos médicos brasileiros, atuou na área da saúde pública e do saneamento. Os eugenistas ofereciam saídas para os conflitos sociais com o aprimoramento da raça que se tornaria forte e civilizada. Segundo esta lógica, às mulheres caberia a função de povoar o país, desde que devidamente orientadas por ginecologistas, obstetras, pediatras, puericultores (SILVA, 2004, p. 02).

Os médicos que escreviam na *Revista de Ginecologia e d'Obstetrícia* compactuavam com o projeto médico de intervenção junto às mulheres. Eram elas que, por influência secundária, poderiam ameaçar a descendência da espécie. A elas caberia também uma maior atenção tanto nas questões relacionadas ao casamento como à educação sexual (FERNANDES, 1924, p. 240). Não havia dúvidas de que o discurso da medicina em momentos distintos procurou demonstrar que o organismo feminino, por sua constituição, estaria mais próximo da degeneração psíquica, o que as transformava em seres inferiores. A gravidez, uma menstruação dolorosa, o parto e a menopausa poderiam ser marcados por uma erupção, algo que aconteceria quase que inevitavelmente. Os textos dos anúncios dos medicamentos indicados para a menopausa e tantas outras manifestações tipicamente femininas foram influenciados por esse discurso. Logo, a constituição física da mulher estaria relacionada a um precário equilíbrio mental, que poderia ser abalado a qualquer momento, bastava uma interrupção na menstruação.

A leitura que a medicina fez do corpo feminino era parte de um mecanismo de disciplinarização que procurava regular e reencaminhar as mulheres à esfera privada. Qualquer comportamento que fugisse do binômio esposa-mãe deveria ser controlado, monitorado. Na verdade, a vida, em especial das mulheres das camadas médias urbanas, nas primeiras décadas do século XX, particularmente na cidade do Rio de Janeiro, estava mudando. Elas estavam gerindo suas vidas. Visto que até pouco tempo antes, sem ignorar as resistências cotidianas, haviam sido controladas pelo seu senhor, pai ou esposo. Os médicos procuravam reconduzi-las ao papel de mãe, buscavam cercá-las com novas estratégias e essa realidade refletiu, de modo significativo nos artigos publicados nas páginas do periódico, assim como em seus anúncios.

Referências

BARBOSA, Ruy. Este texto foi publicado na seção Bibliografia. Foram citados trechos da conferência proferida pelo referido, em 21 de março de 1919. Os redatores do periódico selecionaram passagens que discutiam questões como o trabalho dos menores, as mães operárias, a gravidez e o parto. Temas que interessavam àquela publicação médica. *Revista de Ginecologia, Obstetrícia e de Pediatria*, abr. 1919. p. 116.

BIFFI, Eliana Faria de A. Menopausa: uma perspectiva de compreensão. *Caderno Espaço Feminino*, v.1/2, ano 2, jan./dez. 1995.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FERNANDES, Carlos da Rocha. O problema pré-natal. *Revista de Ginecologia e d'Obstetrícia*, jul. 1924.

FERREIRA, Aurélio B. de H. *Novo dicionário básico da língua portuguesa*. Folha/Aurélio. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

FREITAS, Patrícia de. *Corpos de mulheres em (re)vistas*. A representação da menopausa na Revista de Ginecologia e d' Obstetrícia 1907-1978, 2005. Tese (Doutorado em História), Florianópolis: Programa de Pós-graduação em História, UFSC.

_____. A propaganda junto aos médicos: os anúncios nas primeiras décadas de publicação da Revista Ginecologia e d' Obstetrícia. *Caderno Espaço Feminino*, v.20, n.02, Ago./Dez. 2008.

LEFÈVRE, Fernando. *O medicamento como mercadoria simbólica*. São Paulo: Cortez, 1991.

QUEIROZ, M. S. O paradigma mecanicista da medicina ocidental moderna: uma perspectiva antropológica. *Revista Saúde Pública*, v. 20, n. 4, 1986.

MACHADO, Roberto et al. *Danação da norma*. Medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MAGALHÃES, Fernando. A feição clínica do aborto criminoso. *Revista de Ginecologia e d'Obstetrícia*, n. 7, jul. 1918.

MARTIN, Emily. *The woman in the body: a cultural analysis of reproduction*. Boston: Beacon Press, 1987.

MOTTA, A. R. de Oliveira. Subsídios para a puericultura nacional. *Revista de Ginecologia e d'Obstetrícia*, n. 5, dez. 1907.

NIEL, André. *A análise estrutural de textos*. Literatura, imprensa, publicidade. São Paulo: Cultrix, 1978.

NUNES, Silvia Alexim. *Medicina social e regulação do corpo feminino*. Rio de Janeiro: (Instituto de Medicina Social da UERJ, Dissertação de Mestrado), 1982.

_____. A medicina social e a questão feminina. *PHYSIS*, v. 1, n. 1, 1991.

ROHDEN, Fabiola. *Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2001.

_____. Sexo, gênero e raça na medicina brasileira: uma análise histórico-antropológica. Trabalho apresentado no *VI Congresso Luso-afro-brasileiro*, Rio de Janeiro, set. 2002.

SCHIENBINGER, Londa. *O feminismo mudou a ciência?* Bauru: EDUSC, 2001.

SILVA, Marcos Virgílio da. Detritos da civilização: eugenia e cidades no Brasil. *Arquitextos*. Texto especial. n. 235, mai. 2004.